



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

MOVIMENTOS SOCIAIS EM BELO HORIZONTE: ASSOCIATIVISMO E CONFLITO COMO
FORMA DE RECRIAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA NO CAMPO HABITACIONAL (2006-2010).

Lucia Capanema Alvares (ufmg) - luciacapanema@gmail.com

*Arquiteta-urbanista, PhD em Planejamento Regional pela Universidade de Illinois e pós-doutora pelo IPPUR/UFRJ,
Professora Adjunta do Departamento de Urbanismo da UFMG*

Altamiro Mol Bessa (ufmg) - altamirobessa@uol.com.br

*Engenheiro, Arquiteto, Doutor em Estruturas Urbanas e Ambientais pela USP, Professor Adjunto do Departamento de
Urbanismo da UFMG*

Movimentos Sociais em Belo Horizonte: Associativismo e Conflito como forma de Recriação da Esfera Pública no Campo Habitacional (2006-2010).

Resumo

Na atual sociedade pós-fordista de cunho neo-liberal a hegemonia do capital reclama mais e mais espaços construídos para sua expansão (Harvey, 1982). Contrariando os interesses deste processo nas localidades, os movimentos sociais por moradia se associam e propõem o conflito como forma de luta e dialética com o Estado no intuito de recriar oportunidades habitacionais. Ao fazê-lo, recriam também espaços de vida política na cidade e reestabelecem a esfera pública. Este artigo pretende apresentar e discutir um quadro dos conflitos urbanos de Belo Horizonte, tendo como foco os de motivação habitacional, e em especial as ocupações-comunidade que vêm realizando cotidianamente um planejamento conflitual de grande repercussão nos movimentos sociais locais. Pretende também mostrar como a cidade estruturada na desigualdade dos lugares interage com os movimentos sociais. Serão abordadas as principais formas e estratégias de luta, primeiramente de maneira quantitativa e num segundo momento através de dois breves relatos qualitativos.

Movimentos Sociais em Belo Horizonte: Conflito e Associativismo como forma de Recriação da Esfera Pública no Campo Habitacional (2006-2010).

Após um período de grande atividade, os movimentos sociais no Brasil assistiram a um declínio de seu papel nos anos 1980, quando se pulverizaram suas lutas nos canais de participação estabelecidos pelas vias oficiais. Já a partir dos anos 1990, o recrudescimento das forças liberais coloca em cheque os esforços coletivos de modo geral, deixando nossas cidades entregues aos interesses individuais, por sua vez irremediavelmente submetidos ao capital. Restam às causas populares e às massas urbanas os conflitos como forma de manifestação e estabelecimento de oportunidades. Os conflitos manifestos vão também constituir socialmente a esfera pública, em que as diferenças e divergências têm a possibilidade de se apresentar. Nos anos 2000, a compreensão da conflituosidade acerca dos problemas urbanos é fonte primária e abrangente para o conhecimento das realidades urbanas em suas dinâmicas sociais e espacialidades. Este estudo de caso de Belo Horizonte, MG apresenta como as causas populares se colocam através dos conflitos na cidade e como a questão habitacional, expressa em um déficit oficialmente reconhecido de 200.000 unidades, é trabalhada pelos movimentos sociais e pelo associativismo nas ocupações-comunidades.

Os dados aqui apresentados foram coletados pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte¹, que registra, sistematiza, classifica e produz informações sobre lutas urbanas, movimentos sociais e as múltiplas e diversas manifestações da conflituosidade da cidade, através de uma base de dados geo-referenciada, em acordo com o Observatório Permanente de Conflitos Urbanos, coordenado pelos Profs Carlos Vainer e Henri Acselrad, do ETTERN/IPPUR/UFRJ, ao qual se filia. A cada conflito identificado correspondem sua cronologia, localização/área de abrangência; número de envolvidos e fonte, quando de manifestações públicas; agentes coletivos e organizações sociais envolvidos; órgãos governamentais envolvidos; objeto do conflito, reivindicações e respostas; expressões jurídicas do conflito e outras informações relevantes; formas de manifestação do conflito. No caso de Belo Horizonte, as fontes utilizadas para a coleta de dados são os sítios eletrônicos de Estado de Minas, O Tempo e Hoje em Dia, os jornais televisivos locais “MGTV” e “Jornal da Alterosa”, e o Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. Além da criação das fichas digitais que alimentam a base geo-referenciada e permitem análises qualitativas, os dados são periodicamente transferidos a um banco de dados, cuja manipulação é feita através do programa SPSS 16.0. Foram coletados 367 registros entre Abril de 2006 e Outubro de 2010.

Foi também empreendido um estudo qualitativo pelo observatório junto à Ocupação-comunidade Dandara no segundo semestre de 2010.

Os Movimentos Sociais no Brasil

A derrocada do modelo Fordista e do Estado do Bem-Estar a partir da década de 1950 resultou em cortes de recursos para as políticas sociais em todo o mundo. No terceiro mundo, porém, estados fortes, intervencionistas, centralizadores, autoritários e assentados na burocracia perduram e dão continuidade à adoção do paradigma desenvolvimentista, baseado no aprofundamento das relações sociais e econômicas desiguais em termos regionais e de classe, e na prevalência dos sistemas de conhecimento dominados pelo Primeiro Mundo sobre os sistemas de conhecimento locais, desqualificando e marginalizando estes últimos (ESCOBAR, 1995), com consequências sociais e políticas indesejadas do ponto de vista da promoção da igualdade entre os seres humanos (CARDOSO & FALETTO, 1970). A maioria dos movimentos sociais de base encontra raízes exatamente nas desigualdades sociais atribuídas à adoção do paradigma desenvolvimentista. Fatores como as intervenções estrangeiras, o papel do estado e das elites locais, a concentração de renda, a ausência de políticas públicas sociais, a proletarianização das comunidades rurais, e o crescimento da sub-classe urbana demandavam organização e luta por melhores condições de vida, tanto na cidade como no campo.

Durante os anos mais duros da ditadura militar (1968-1979) a difusão social da produção e das formas de opressão, bem como o isolamento político do movimento operário, implicaram no aparecimento de novos sujeitos sociais e novas práticas de mobilização social (SILVA, 2000): O estado repressivo fechou os canais tradicionais de expressão e participação política, como os partidos políticos e os sindicatos; o terror político e as leis altamente restritivas sobre a liberdade de associação e de expressão causaram o aparecimento de grupos "apolíticos" e de "base não partidária" em todo o país (DOIMO, 1993). A maioria de grupos de base eram disfarçados em "grupos de mães" dedicados a questões familiares e relativas ao lar, e/ou em "grupos de oração" apoiados por paróquias da Igreja Católica. Por isto muitos dos movimentos e entidades que têm agora de vinte e cinco a quarenta anos estão ligados a preocupações locais, como habitação, educação e saúde infantis, e custo de vida. Com a legalização dos partidos políticos e dos grupos de interesses políticos no fim dos anos 1970, os movimentos de base perderam membros para as estruturas institucionalizadas e a militância se inseriu em espaços de poder, atingindo os sindicatos e as instâncias de representação oficial (SILVA, 2000).

A partir dos anos 1980, o processo de modernização tecnológico-científica terá uma natureza dupla (Torres Ribeiro apud CÂMARA, 2006): Enquanto a tecnologia celebra os grandes equipamentos de uso excludente, as experiências de sobrevivência popular são apagadas do espaço público. A partir dos anos 1990 a experiência democrática, presente na organização social dos anos 1970 passa a se restringir aos momentos eleitorais. Torres Ribeiro (apud CÂMARA, 2006) conclui que a economia se impõe à política e o mercado ao Estado, acirrando os níveis de desigualdade e concentração de renda. Como resposta, o Estado adota políticas repressivas e “marketeiras”, ‘saneando’ as cidades de suas mazelas sociais e escondendo o que os investidores não querem ver (CÂMARA, 2006).

Uma Sociedade de Conflitos Urbanos

De uma perspectiva durkheimiana ou organicista, o conflito constituir-se-ia como um espécie de “anti-corpo” ou mecanismo de defesa da coesão social, impedidor da doença social; ainda que sua existência possa parecer uma afronta à ordem e um incitamento aos caos, esse fenômeno agiria no sentido de evitar o caos e o desmantelamento do sistema social. Em Simmel (1903), o conflito forma elementar de socialização entre indivíduos é parte indissociável da dialética antagonismo-unidade que levará à significância sociológica do sujeito na cooperação com o outro. Para o autor, o homem traz consigo a hostilidade e a simpatia a outrem como formas de transcendência. As lutas sociais seriam como conflitos contratados, ou legais, quando a personalidade e a luta são apartados e o processo pode resultar em decisões puramente objetivas, ainda que as pessoas estejam subjetivamente enredadas. O agravamento pessoal dentro do conflito diminui sem que se reduza a intensidade do conflito; ao contrário, o conflito torna-se mais consciente, concentrado e pró-ativo, pois o indivíduo vê-se lutando por uma causa vasta e supra-pessoal.

Para Harvey (1982), o capitalismo necessita de uma massa de recursos construídos incessantemente para sua expansão; a construção dos espaços é em si contraditória, tensa, conformadora de conflitos, pois que de um lado estão os agentes diretos e indiretos de apropriação da terra juntamente com o capital ligado à construção civil e o capital em geral, e de outro está o trabalho, para quem o ambiente construído é bem de consumo e meio de reprodução. No jogo de dominação do trabalho pelo capital, o desfecho seria sempre favorável ao capital, exceto porque o mercado necessita garantir o poder de compra e a reprodução do trabalho, daí recorrendo ao Estado para a sustentação do sistema através da disciplina, da ameaça institucional e do marketing da casa própria (que transforma o trabalhador em mutuário interessado na manutenção do sistema) e da cidade capitalista.

As possíveis leituras, a definição e os significados dos conflitos urbanos são atualmente objeto de discussão e estudos nos meios acadêmicos, podendo obedecer a vários critérios,

ou seja, trata-se de um conceito aberto, em construção. Para efeito deste trabalho, considera-se que conflitos urbanos são todo e quaisquer confrontos ou litígios relativos à infra-estrutura, serviços ou condições de vida urbanas, que envolvam pelo menos dois atores coletivos e/ou institucionais (inclusive o Estado) e se manifestem no espaço público (vias públicas, meios de comunicação de massa, justiça, representações frente a órgãos públicos etc.). Entende-se ainda, grosso modo, que os conflitos são respostas da população à ausência ou inadequação de políticas públicas relativas à qualidade de vida e aos espaços urbanos. A compreensão da conflituosidade acerca dos problemas urbanos é fonte primária e abrangente para o conhecimento das realidades urbanas em suas dinâmicas sociais e espacialidades. A cidade, heterogênea por definição, mostra através dos seus conflitos, suas fendas, seus anseios. Como ensina Vainer:

A diversidade e multiplicidade da cidade aparecem, quase em estado virgem, nos conflitos, eles mesmos dispersos, múltiplos e diversos. Atores, objetos e objetivos de conflitos, temporalidades, formas, geografias, retóricas e simbologias oferecem um quadro complexo e diferenciado da cidade. Como e onde se manifestam os conflitos? Que reivindicações, anseios e frustrações emergem? De que maneira a desigualdade sócio-espacial se expõe a partir de informações sistemáticas? Movimentos sociais organizados e manifestações de multidões, ações coletivas na justiça ou abaixo-assinados, inúmeras são as formas através das quais a cidade expõe sua desigualdade e, mais do que isso, elabora as formas de enfrentá-la (VAINER, 2006ⁱⁱ).

Assim, os conflitos são uma chave que nos inicia não só nos coletivos mobilizados de cada localidade onde se dão, mas também nas carências estruturais, concretas, e segregadas/segregadoras; mais ainda, nos remete à fundamental questão da formação da esfera pública, em que a formação própria dos espaços públicos é causa e, sistematicamente, fruto, da ação cidadã. É na manifestação cotidiana dos conflitos que podem ser encontradas e lidas as dinâmicas sociais através das quais nossas sociedades criam e recriam a esfera pública, lócus da voz popular na cidade.

Esfera pública e espaços urbanos

Para Arendt (1958), a esfera de vida pública é a esfera própria da *vita activa* - ação política ampla que concorre fundamentalmente para a construção da cidadania e das civilizações. Macedo, Robba e Queirogaⁱⁱⁱ, citam Arendt para resgatar o conceito aristotélico de *vita activa* e sua relação com os espaços urbanos de manifestação pública. Na esfera pública as diferenças e divergências têm, ou teriam, a possibilidade de se apresentar através dos discursos comunicativos (visando o entendimento mútuo, uma verdade processual), daí decorrendo o acordo político em seu sentido maior, a noção de interesse público, de bem público, constituído socialmente diante do conflito de interesses individuais ou de grupos. A

vida humana manifesta-se no cotidiano onde se revelam os conflitos e as contradições de cada sociedade em seus diferentes momentos históricos. Os espaços livres urbanos são, portanto, território próprio à vida pública e à manifestação de conflitualidades.

Bauman (2007) descreve os espaços urbanos a partir da dicotomia gerada pelo medo e seu contraponto, as possibilidades sociais de encontro com o outro. Enquanto a ambição modernista propunha o aniquilamento e o nivelamento das diferenças, sem jamais realizar tal façanha, a tendência pós-moderna aprofunda e as 'calcifica', através da separação e estranhamento mútuos. No entanto, se por um lado os espaços públicos conduzem a sensações de repulsa, por outro, a atração que exercem sobre os indivíduos tem chance de superar ou neutralizar tal repulsão:

[S]em suprimir as diferenças, de fato [o espaço público] as celebra. O medo e a insegurança são aliviados pela preservação da diferença juntamente com a capacidade de se movimentar livremente pela cidade. [...] É a exposição à diferença que com o tempo se torna o principal fator da coabitação feliz, fazendo com que as raízes urbanas do medo venham a definharem e desaparecer. (Bauman, 2007, p. 102-103).

Os lugares são espaço de resistência, onde se encontram e conflituam as diferentes racionalidades, sistêmicas e comunicacionais (HABERMAS, 1981). São assim, além de espaços de manutenção da produção/reprodução capitalista-industrial, territórios do novo, do conflito. Para Bourdieu "é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes regiões do espaço social reificado." (BOURDIEU, 1997, p. 161). Daí decorre o interesse pelas diferentes dialéticas estabelecidas pelos diferentes segmentos da sociedade com os diferentes espaços, particularmente os espaços urbanos, privilegiados lugares da ação social, da conformação da esfera pública.

A Questão habitacional

A questão habitacional no Brasil remonta ao século XIX, quando foram promulgadas as leis do ventre livre e das terras em 1850, a primeira tornando todos os escravos livres ao nascer e a segunda diferenciando as terras públicas das privadas, e a Lei Áurea de 1888 (libertação de todos os escravos); juntas, estas leis causaram, de um lado, uma grande migração dos negros rumo às cidades e vilas e, de outro, estruturas urbanas onde não seria possível deter suas próprias moradias dentro do ordenamento regular. O resultado natural foi a ocupação desordenada de terras pouco afeitas a este fim, em ambientes de baixa salubridade (MAIOLINO, 2008). Desde fins do século XIX, a resposta governamental foi de viés higienista, à guisa da Paris haussmanniana, como pode ser exemplarmente visto nas grandes cidades brasileiras e especialmente na projetada Belo Horizonte. O embelezamento, a segregação, a faxina social e a remodelação dos espaços expulsando os

antigos núcleos de artesãos e pequenos sítios sem nenhuma política habitacional era o corrente, seja na implantação de novas cidades, seja na reforma de centros antigos.

As primeiras políticas habitacionais datam dos anos 1930, quando Vargas aparelha os Institutos de Pensão para o provimento habitacional de seus associados, oficializando um quadro geral em que os prestadores de serviços e trabalhadores autônomos ficavam segregados nas favelas próximas de suas fontes de renda – representando um grande incômodo à urbanização -, e o operariado era enviado às periferias das grandes cidades. Segundo Câmara, “a modernização segmentada e seletiva do ambiente construído [...] cria uma nova hierarquia e morfologia urbanas que “guetificam” as áreas de moradia das classes populares (CÂMARA, 2006, p. 38). A década de 1960 assistiu, além da perda de algumas conquistas sociais em todas as áreas, a criação do Sistema Nacional de Habitação, que, através das Companhias Habitacionais e com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (criado para este fim) financiava conjuntos habitacionais para as classes trabalhadoras, cooptando à força associações operárias. Assistiu também a uma maior estigmatização das favelas, com grandes movimentos de remoção e o nascer de movimentos de urbanização (MAIOLINO, 2008); até os anos 1970, porém, a regra era a remoção e não a re-urbanização das favelas. Ainda nos anos 1980, houve grande proliferação de loteamentos ilegais em áreas ambientalmente frágeis devido à falta de alternativas habitacionais e adoção da re-urbanização de favelas como política oficial da maioria das cidades, na tentativa de integração física destes núcleos com a cidade formal. A Constituição Federal (CF) de 1988 cria a função social da propriedade, mas somente em 2000, através de emenda constitucional a moradia passa a ser um direito social. A aprovação do Estatuto da Cidade, regulamentando os artigos 182 e 183 da CF ocorre em 2001, tornando obrigatórios até 2006 os planos diretores, em que deve ser tratada a questão habitacional. Em 2003 é criado o Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável do Governo Federal em parceria com as prefeituras, mas até aqui muito poucos exemplos foram concluídos. Os recentes Plano de Aceleração do Crescimento e Programa Minha Casa Minha Vida têm, respectivamente, promovido a reurbanização de favelas nas grandes cidades brasileiras e uma política habitacional voltada primordialmente para famílias de classe média baixa com rendimentos acima de três salários mínimos, mas é ainda precipitado qualquer julgamento.

Apesar de alguns avanços na legislação e nas políticas federais, nos municípios, principais provedores de habitação social, o quadro atual é, para Kowarick, o de um “ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade sócio-econômica da maioria, nega o acesso a benefícios básicos para a vida nas cidades; [trata-se de] um processo político que produz uma concepção de ordem estreita e excludente” (KOWARICK, 2000, p. 54). O

significado prático desta ordem é apontado por Rolnik (2008), quando denuncia o urbanismo de risco, em que há uma cidade formal, alvo de políticas públicas e uma cidade informal, para a qual não há políticas. Para Maricato o “abundante aparato regulatório [...] convive com a radical flexibilidade da cidade ilegal, fornecendo o caráter da institucionalização fraturada, mas dissimulada” (MARICATO, 2000, p. 124). Para a autora, tanto o quadro jurídico quanto as associações profissionais “desconsideram a condição de ilegalidade em que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação da terra” (MARICATO, 2000, p. 147).

O caso de Belo Horizonte

Belo Horizonte, projetada para abrigar 200.000 moradores ligados à atividade administrativa, foi fundada em 1897 para ser sede do Estado de Minas Gerais; sua história é pautada pela exclusão desde a fundação, quando os antigos moradores do arraial foram expulsos da região central. Durante o século XX a cidade foi sendo gradativamente ocupada: em suas áreas centrais, pela função residencial de elite, com alguns enclaves comerciais; em suas áreas mais periféricas, pelos trabalhadores de baixa remuneração e, em seguida, pelo uso de apoio aos ciclos industriais regionais. Nos anos 50, passou por um período de industrialização e atração de população advinda do interior do estado e de estados próximos, sempre abrigando os mais abastados na zona central e os mais pobres na periferia ou nas favelas incrustadas em locais pouco apropriados à ocupação. Belo Horizonte vive, a partir dos anos 1970, as conseqüências de dois fenômenos econômicos: a estagnação do crescimento e a desconcentração de atividades das suas áreas centrais para as periferias e para outros municípios (PBH, 1996).

A Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte

atende a população com rendimentos até 6 (seis) salários mínimos e atua em dois eixos distintos - Intervenção em Assentamentos Existentes (vilas e favelas), a cargo da URBEL, que busca a redução do déficit qualitativo e Produção de Novos Assentamentos, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Habitação, que busca a redução do déficit quantitativo. [...] A demanda por novas moradias em Belo Horizonte é demonstrada em um déficit habitacional de cerca de 50 mil famílias; hoje, estão [cadastradas] na Secretaria Municipal Adjunta de Habitação [...] cerca de 13.000 famílias. (HABITAÇÃO, 2011)

A Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) é, desde 1993, responsável pela urbanização e regularização de vilas e favelas existentes na cidade. Até o primeiro semestre de 2009 o total de núcleos era de 188, congregando cerca de 500.000 habitantes, vinte por cento do total da capital mineira. Até então 33 planos haviam sido inteiramente implementados, beneficiando 54 comunidades e aproximadamente 251.000 pessoas. Outros

27 planos estavam sendo desenvolvidos ou implementados, cobrindo 31 vilas e favelas e 73.000 habitantes. Num rápido esforço aritmético, chega-se a um 'déficit quantitativo' oficial de 37.000 famílias sem cadastro para ingressar nos programas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), e a um 'déficit qualitativo' oficial de 176.000 famílias habitantes em vilas e favelas que ainda não sofreram nenhum tipo de intervenção por parte do poder público municipal. Constata-se assim, um grande contingente populacional sem-teto ou em condições precárias e irregulares, para o qual não se pode prever melhorias habitacionais na medida em que as forças populares outrora dominantes no governo municipal têm sido afastadas da administração desde os governos Pimentel (2001-2008) e são agora alijadas desta esfera pela administração Márcio Lacerda (2009 -).

Conflitos Urbanos em Belo Horizonte

Dos 367 registros feitos entre os meses de Abril de 2006 e Outubro de 2010 pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte, as questões mais conflituosas são as que se referem às políticas públicas de gestão do território, destacando-se 18,5% relativas a transporte, trânsito e circulação, 6,8% à moradia e 6,5% à legislação urbana; agregam-se a estas questões 0,5% em torno do fornecimento de energia e gás e 2,7% acerca do fornecimento de água, esgoto e drenagem – claramente questões habitacionais - e 5,8% às questões ambientais.

Tabela 1 – Objeto do conflito – BH

	Frequencia	% válida
Energia e gás	2	,5
Transporte, trânsito e circulação	68	18,5
Saúde	19	5,2
Educação	32	8,7
Acesso e uso do espaço público	17	4,6
Rios, lagoas e praias	4	1,1
Parques, jardins e florestas	12	3,3
Lixo e resíduos	4	1,1
Água, esgoto e drenagem	10	2,7
Legislação urbana	24	6,5
Moradia	25	6,8
Segurança Pública	41	11,2
Vizinhança	10	2,7
Espaço sonoro e visual	1	,3
Patrimônio Cultural	7	1,9
Outros	91	24,8
Total	367	100,0

Fonte: Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte.

Assim, 40,8% dos conflitos manifestos estão diretamente relacionados à gestão do território municipal, enquanto outros 27,8% se referem a problemas de saúde, educação e segurança públicas (somando 25,1%) e de vizinhança, nenhuma delas desvincilhada da temática da segregação espacial, como mostra a tabela 1.

Do total de conflitos gerados, 37,1% se referem à cidade em geral, não tendo se originado em um foco/localidade, enquanto 62,9% nascem em bairros e regiões específicos. Interessantemente, a Regional Centro-Sul (soma do Centro com a regional que leva este nome), de maior IDH-M no ano 2000 (0,914 contra uma média municipal de 0,839), é a que se apresenta como maior geradora de conflitos, totalizando 23,2%. Uma análise mais detida dos aspectos qualitativos de tais conflitos demonstra que em sua maioria foram gerados na Regional Centro-Sul porque se referem a equipamentos, serviços e comércio centralizados, o que apenas aponta para a evidência de haver mais equipamentos que atendem a toda a cidade em seu núcleo central principal.

Já em relação ao local da manifestação, cerca de 14% se referem à cidade como um todo, com 33 (9%) casos manifestados em instâncias políticas, institucionais ou na imprensa, sem referências geográficas. Entre os referenciados geograficamente 46,8% se dão na Regional Centro-Sul (incluindo-se aí o “Centro”), onde as manifestações obtêm maior atenção do público em geral, do poder público e da imprensa. Ali, o diferencial entre origem dos conflitos (23,2%) e local de manifestação é de 100%. Ajunte-se a esta desproporção o fato da maioria dos conflitos registrados como oriundos na Centro-Sul serem de fato promovidos por moradores de outras áreas da cidade que se manifestam em torno de serviços e equipamentos com sede centralizada, conforme já discutido. Ver tabela 2.

A Centro-Sul se coloca assim como o grande palco dos conflitos manifestos em Belo Horizonte. Assim, o que se vê é a conformação da esfera pública nos espaços de mais alta qualidade ambiental e de maior oferta de recursos na cidade. É exatamente seu padrão locacional, seu caráter elitista se comparado às periferias, que faz destas regiões lócus das manifestações. Confirma-se os espaços livres públicos centrais como locais de encontro possível com o outro, como locais de civilidade: De trabalhadores informais, como os “flanelinhas”, a moradores dos bairros de classe média da Região Oeste, passando por artesãos e ambientalistas, uma população em sua maioria excluída das benesses promovidas pela Região Centro-Sul, todos instituem estes locais como palco de suas ações.

Conforme analisa Bordieu, enquanto os agentes das manifestações são distribuídos, em sua maioria, em locais de mais difícil acesso a bens e serviços, os bens localizados nas regiões de manifestação (centro-sul) lhe acrescentam valor de mercado e valor simbólico no

“espaço social reificado”, distanciando a priori sujeitos que só se encontram na manifestação conflituosa. O que se vê é a apropriação dos locais centrais da cidade pelas classes menos favorecidas, como palco de ação e demonstração de suas questões, tornando-as mais visíveis, ao mesmo tempo em que tornam possível a conformação de uma esfera pública, onde os diferentes se enfrentam.

Tabela 2 – Local das manifestações – BH

	Frequencia	% válida
Cidade toda	51	13,9
Centro	115	31,3
Regional Barreiro	15	4,1
Regional Centro-Sul	57	15,5
Regional Leste	32	8,7
Regional Nordeste	23	6,3
Regional Noroeste	17	4,6
Regional Norte	14	3,8
Regional Oeste	17	4,6
Regional Pampulha	13	3,5
Regional Venda Nova	13	3,5
Total	367	100,0

Fonte: Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte.

Considerando-se as questões habitacionais, foco deste ensaio, vemos que das 37 manifestações realizadas no período, aquelas realizadas nos espaços urbanos propriamente ditos somam 70%: Quase 22% dos conflitos tiveram como forma de luta o fechamento de vias, 16,2% a manifestação em praça pública, 16,2% a passeata, 13,5% as carreatas ou manifestações sobre rodas e 2,7% a ocupação de prédios ou terrenos, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Formas de manifestação das lutas habitacionais

	Frequencia	% Valida
Judicial, MP, abaixo-assinados, cartas, solicitações	4	10,8
Denúncia pública via meio comunicação de massa	1	2,7
Manifestação em praça pública	6	16,2
Passeata	6	16,2
Fechamento de vias públicas	8	21,6
Ocupação de prédios ou terrenos	1	2,7
Carreatas ou manifestações sobre rodas	5	13,5
Paralisação e greve	3	8,1
Outros	3	8,1
Total	37	100

Fonte: Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte.

Enquanto apenas 5 conflitos habitacionais tiveram origem na Região Centro-Sul (perfazendo 13,5% do total), 15 conflitos foram ali manifestos (40,5%), confirmando as especulações anteriores quanto à visibilidade desta região e quanto à sua utilização pelos não moradores, os segregados espacialmente.

Quarenta e um por cento dos conflitos foram organizados pelos movimentos de moradia e sem-teto, outros 32,4% por moradores ou vizinhos; os outros grupos mais representados são as associações de moradores (8,1%) e os sindicatos e associações profissionais (5,4%), conforme demonstra a tabela 4.

Tabela 4 – Coletivos mobilizados nas lutas habitacionais

	Frequencia	% Valida
Sindicatos e associações profissionais	2	5,4
Associações de moradores	3	8,1
Movimento de moradia e sem-teto	15	40,5
Outros movimentos sociais	1	2,7
Camelôs, feirantes e artesãos	1	2,7
Profissionais da mesma área	1	2,7
Moradores ou vizinhos	12	32,4
Outros	2	5,4
Total	37	100,0

Fonte: Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte.

Fica clara assim a importância da participação dos movimentos sociais na recriação da esfera pública e vice-versa: Por um lado 46% dos conflitos foram organizados por movimentos e associações populares que emprestaram vida e atividade ao espaço público; por outro, 70% das manifestações escolheram o espaço urbano como meio preferido para suas manifestações, sendo 40% do total realizadas na Região Centro-Sul. Chama também a atenção o grande número proporcional de manifestações lideradas por movimentos de moradia e sem-teto, que será melhor especulado adiante.

As Ocupações-comunidade Camilo Torres, Irmã Dorothy, Conjunto Águas Claras, Recanto UFMG, Dandara e Torres Gêmeas

Dentre os 15 conflitos manifestos e registrados pelo Observatório e encabeçados por Movimentos de moradia e sem-teto, 14 estão ligados às ocupações Camilo Torres, Irmã Dorothy e Conjunto Águas Claras (todas localizadas na Regional Barreiro), Dandara e Recanto UFMG (localizadas na Regional Pampulha) e “Torres Gêmeas” (Regional Leste), que encontram-se atualmente associadas sob o Fórum Permanente de Solidariedade às ocupações – Belo Horizonte. Este Fórum (cuja página na rede pode ser acessada no

endereço <http://solidariedadeocupacoesbh.wordpress.com/2010/10/27/negociacao-sim-despejo-nao/>) vem divulgando seu manifesto em defesa das comunidades ameaçadas de despejo forçado desde outubro de 2010. Ali denunciam que o “Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ofendendo as leis e a própria Constituição” determinou a imediata reintegração de posse dos terrenos e edifícios ocupados” e que “as autoridades mineiras tratam a luta das organizações populares e dos movimentos sociais como caso de polícia, negando-se ao diálogo e ao entendimento” (MANIFESTO, 2011).

O manifesto trata de esclarecer que as comunidades foram construídas e organizadas em imóveis e terrenos abandonados, em dívida tributária e sem cumprir a função social da propriedade, cabendo desapropriação mediante indenização e destinação para moradia popular. Denuncia também a não atuação do Programa Minha Casa, Minha vida junto às famílias com rendimentos inferiores a três salários mínimos na capital e as conexões entre o poder público municipal e o empresariado local referentes às terras e imóveis sub-utilizados com vistas à Copa do Mundo 2014. Dentre as comunidades signatárias chama sobretudo a atenção a situação da chamada Torres Gêmeas e a atuação da Comunidade Dandara, esta última acompanhada pelo Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte.

Ocupação Torres Gêmeas, um breve relato

Abandonados durante o processo de falência da construtora que se consumou em 1996, os dois grandes edifícios de alto padrão situados na Zona Leste de Belo Horizonte foram ocupados, ainda sem infra-estrutura hidráulica, elétrica ou vedações. Somente em 2001, já alojando 180 famílias, os edifícios receberam o apelido diante dos acontecimentos do 11 de setembro. É hoje a mais antiga ocupação vertical da cidade.

De acordo com o vídeo divulgado pela comunidade no sítio *YouTube*,

Em 1995, no Bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte, os prédios conhecidos como Torres Gêmeas foram ocupados depois de um longo período de abandono. Em 2004 foram propostos e aprovados no Programa de Crédito Solidário da Caixa projetos de política de moradia que envolviam a recuperação das torres. Os projetos foram encaminhados à Prefeitura, mas não foram levados adiante. Em 20 de setembro de 2010 ocorreu um incêndio em um dos apartamentos da torre de número 100. A torre foi evacuada e a tropa de choque da PM tomou as entradas do prédio. Os moradores estão impedidos de retornar às suas casas. A interdição deixou mais de 300 pessoas sem acesso às suas próprias (sic) casas e bens pessoais. Os moradores da torre 100 não podem voltar a seus apartamentos e estão precariamente alojados em abrigos, tendas, ou nas casas de familiares e amigos. [...] Em discurso à comunidade, Raquel Rolnik, relatora da ONU, declarou ter intercedido junto à

Prefeitura de Belo Horizonte, mas que 'o Prefeito não apresentou [...] nenhuma proposta de saída, de solução para a situação que está sendo vivida aqui. [...] Isto (as torres) não pode ser transformado numa política de moradia [...] com crédito solidário; essa é a posição do Prefeito'. (Torres Gêmeas BH, 2011)

Ainda no citado vídeo, o desabafo da moradora:

Se por causa da Copa do Mundo de 2014 [vão] fazer aqui em Santa Tereza um centro poliesportivo, tem um shopping... Esse é um dos motivos [por] que eles querem expulsar os pobres para a periferia. (Torres Gêmeas BH, 2011)

Figura 1 – Torres Gêmeas – Bairro Santa Tereza, Belo Horizonte.



Fonte: Estado de Minas, 22/09/2010.

O projeto aprovado pela Caixa Econômica Federal para liberação de recursos federais correspondentes a dezoito mil reais por unidade habitacional, contendo todas as melhorias necessárias à recuperação dos edifícios e com custo inferior à relocação de uma família para uma nova moradia na periferia da cidade, segue sem o aval da PBH, o que inviabiliza o financiamento. As lideranças da ocupação acusam governador e prefeito de estarem atrelados aos interesses imobiliários crescentes na região.

Comunidade Dandara em conflito: Páginas de um diário

Madrugada de quinta-feira, 09 de abril de 2009: Cento e cinquenta famílias ocupam um terreno abandonado de 400 mil metros quadrados na periferia da cidade de Belo Horizonte, bairro Céu Azul, com dívida tributária na casa dos dezoito milhões de reais. Uma ação realizada conjuntamente pelo Fórum de Moradia do Barreiro, pelas Brigadas Populares e pelo MST como parte do 'Abril Vermelho' – movimentos de luta pela função social da

propriedade – fundando a comunidade Dandara, em homenagem à companheira de Zumbi dos Palmares. A proposta é a desapropriação do imóvel urbano que não cumpre sua função social para a construção de um loteamento rururbano, com residências e quintais destinados à agricultura periurbana ou de subsistência, em regime de cooperação e associativismo, unindo as lutas pelas reformas agrária e urbana. À noite, contrariando a legislação e sem liminar de reintegração de posse a Polícia Militar tenta despejar os ocupantes.

Seguem-se três dias de investida incessante com cerca de 150 homens do batalhão de choque explodindo bombas, lançando gás-pimenta e destruindo barracos com vôos rasantes de helicóptero, ao que a comunidade respondia com pedras e seus próprios corpos, resultando em vários feridos e três presos. A ocupação resiste.

Terça-feira, 14 de abril de 2009: O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais concede liminar de reintegração de posse à Construtora Modelo, proprietária do terreno. As autoridades, porém, não conseguem forçar a remoção devido à capacidade de mobilização e de exposição na mídia da Comunidade Dandara.

Acorrem mais e mais famílias saídas dos interiores de Minas e do Brasil, vítimas de grandes projetos, das áreas de risco da cidade, do aluguel que não podem pagar e do reconhecido déficit habitacional da capital mineira, atingindo em 2010 a marca de 981 barracos cadastrados e numerados e população estimada de mais de 4000 pessoas, com uma lista de espera de 300 famílias. São barracos de lona abrigando “colchões, móveis, fogões, filhos e sonhos” (OCUPAÇÃO DANDARA, 2011), que aos poucos vão se transformando em estruturas mais sólidas, em alvenaria. Não há saneamento, a energia vem dos ‘gatos’ (ligações clandestinas) e a água de caminhões-pipa, mas os assentados encontram o apoio de diversos grupos da capital, enquanto os vizinhos tentam criminalizá-los para provocar sua expulsão. A ocupação, já fruto de movimentos associados, junta-se a outros movimentos por moradia – Camilo Torres e Irmã Dorothy - para todos os seus atos públicos.

Sexta-feira, 30 de julho de 2010: Em carta aberta à sociedade, publicada em seu sítio eletrônico os movimentos associados clamam:

Nós existimos, somos muitos e lutaremos para continuar existindo. [...] Aqueles que tentam nos massacrar, não querem apenas despejar 1.159 famílias sem-casa, querem despejar a dignidade, querem despejar os que não se curvam à pobreza e à riqueza, querem despejar um “inimigo interno”, uma voz que destoa. [...] Ocupamos terrenos abandonados [...] cheios de impostos não pagos, cheios de nada. Ao construir nossas casas estamos construindo [...] uma comunidade, estamos construindo nossa dignidade, estamos nos construindo. (OCUPAÇÃO DANDARA, 2011).

Quinta-feira, 5 de agosto de 2010: Viaja a Brasília uma delegação com 17 lideranças representando mais de 1.500 famílias das ocupações-comunidade Dandara, Camilo Torres e Irmã Dorothy e as associações Brigadas Populares, Comissão Pastoral da Terra e Fórum de Moradia do Barreiro, sendo recebida em dois dias por: Ministério das Cidades; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Senado Federal e Câmara Federal; Secretaria Geral da Presidência da República; OAB Nacional – Conselho Federal; CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Comunidade e Paróquia Nossa Senhora do Carmo – Freis Carmelitas; Acampamento indígena Revolucionário (OCUPAÇÃO DANDARA, 2011).

Segunda-feira, 27 de setembro de 2010: A Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte realiza Audiência Pública sobre a não prestação de serviços pelas concessionárias públicas às ocupações. Dandara denuncia as Centrais Elétricas de Minas Gerais e os Correios por se negarem a fornecer o serviço público em área com arruamento e numeração completos, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais por não cumprir um acordo segundo o qual disponibilizaria nove padrões de água e implantaria rede de esgoto, o Corpo de Bombeiros por omissão no socorro aos moradores e os postos de saúde da rede municipal por dificultarem o atendimento aos moradores da comunidade. A Polícia Militar e a Secretaria de Educação nem sequer justificam suas ausências.

Quarta-feira, 29 de setembro de 2010, 08:00: As comunidades Camilo Torres, Dandara, Irmã Dorothy e Torres Gêmeas pacificamente e declarando não haver intenção de ocupar órgãos públicos ou de atentar contra o patrimônio público, montam acampamento na Avenida Afonso Pena 1212, em frente ao prédio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte com o objetivo de pressionar as autoridades para abrir negociações acerca das ocupações, como parte da Jornada Nacional de Luta Contra os Despejos organizada em várias capitais do país pelos movimentos que integram a Frente Nacional de Resistência Urbana (F.N.R.U). O “empresário-prefeito” Márcio Lacerda resiste, ordenando à guarda municipal ação enérgica com uso de cacetetes e *spray* de pimenta (OCUPAÇÃO DANDARA, 2011).

Quinta-feira, 30 de setembro de 2010: O Ministro das Cidades solicita reunião em caráter de emergência aos governos estadual e municipal para instaurar negociações com as ocupações. A prefeitura, no entanto, e apesar de reconhecer oficialmente o contingente não atendido por suas políticas habitacionais, declara que as ocupações têm o intuito de passar à frente de famílias cadastradas no atendimento da demanda por moradia.

Figura 2 – Acampamento à Avenida Afonso Pena



Fonte: <http://ocupacaodandara.blogspot.com>

Sábado, 11 de dezembro de 2010: Reúnem-se no Colégio Pio XII, zona sul da capital, com o objetivo de fortalecimento mútuo para jornada de dois dias, as ocupações-comunidade Camilo Torres, Irmã Dorothy, Conjunto Águas Claras, Recanto UFMG, Dandara e Torres Gêmeas. Dali saem diretrizes para novas manifestações e comemorações de suas lutas.

Em janeiro de 2011 os abaixo-assinados em apoio à Dandara somam 131 pessoas físicas e 48 entidades, entre elas o Grupo Tortura Nunca Mais e a Via Campesina.

Breve Análise do Planejamento Conflitual na Ocupação-Comunidade Dandara

A falta de serviços básicos na ocupação-comunidade torna-se a motivação primeira para iniciativas associadas de planejamento: às quartas-feiras coordenadores e apoiadores se reúnem na sala construída à entrada da ocupação para definir estratégias e repassar informes do movimento; a partir daí, todos os moradores são cadastrados, ruas são traçadas, ligações de energia são feitas de acordo com o arruamento, órgãos públicos são acionados e faz-se planos para construção de um posto de saúde, uma igreja e uma escola. O fornecimento de água iniciou-se no segundo semestre de 2010, aos poucos os barracos de lona vão sendo substituídos por casas em alvenaria - como denunciam os materiais de construção armazenados nos lotes – com dimensões aproximadamente iguais e reservando 50% do terreno ao solo livre. As ruas, ainda de terra, recebem nomes como Zumbi, Zilda Arns e Paulo Freire, e numeração regular.

Estudantes e profissionais apóiam a comunidade através da elaboração e publicidade de projetos técnicos e arquitetônicos, como os que se classificaram em concursos internacionais nos Estados Unidos e na Holanda.

Figura 3 – Iniciativas de Organização e Planejamento da comunidade Dandara



Fonte: <http://ocupacaodandara.blogspot.com>

Figura 4 – Projetos classificados em concursos internacionais



Fonte: <http://ocupacaodandara.blogspot.com>

Ao mesmo tempo em que a ocupação-comunidade Dandara se oferece como possibilidade da construção dialética antagonismo-unidade a que se refere Simmel, de coesão social durkheimiana ou de desaparecimento do medo pela exposição à diferença (Bauman), incita a ação hegemônica do Estado, que recusa o papel antitético construtivo. Amparado juridicamente, e contraditoriamente de modo extra-legal, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, alega que qualquer ocupação é uma afronta ao Estado de Direito, à propriedade privada. De fato enxerga a Dandara como ameaça a interesses mais convenientes e

recompensadores para as autoridades públicas, como o de manter a cidade esteticamente mais aprazível, relocando comunidades inteiras para áreas periféricas de forma a barganhar as áreas desocupadas com o grande capital, em parceria para o marketing urbano. Em suma, o Estado, na figura das administrações municipal e estadual, busca uma “limpeza” discreta que não venha a ferir sua imagem através das injunções na Justiça e do não fornecimento de serviços básicos pelas empresas de concessão pública. Todavia, tal estratégia surte efeito contrário: A mobilização e união dos moradores alcançam, além de uma convergência de interesses, o escopo ideológico e valorativo, em que todos se percebem membros de um grupo que representa um ideal e um objetivo maiores que os anseios individuais. Como propõe Simmel, o agravamento pessoal se reduz e intensifica-se o caráter de luta social; o conflito torna-se mais consciente, concentrado e pró-ativo. A causa vasta e supra-pessoal reduz também a possibilidade de dissolução e deserção do grupo.

Através de sua liderança junto a outros movimentos e associações de luta por moradia, da publicidade de sua luta, dos conflitos manifestos nos locais privilegiados da capital, de suas ações nas instâncias judiciais e legislativas e de suas iniciativas de planejamento, areja e ressignifica a luta popular contra os interesses hegemônicos. Oferece exemplo vivo da potencialidade social dos conflitos ao propor o diálogo e angariar o apoio de diversos setores, recriando a esfera pública na capital mineira.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. A condição Humana (10ª. Ed). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. Vida Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A Miséria do Mundo. Direção de Pierre Bourdieu com contribuições de A. Accardo et alii. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1997.
- CÂMARA, Breno P. Insegurança pública e conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro (1993-2003). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese de Mestrado.
- CARDOSO, Fernando H. e Enzo FALETTO. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- CARDOSO, Ruth C. “Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico.” In Bernardo Sorj and M. H. Tavares de Almeida (eds.). Sociedade e Política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DENCKER, Ada F. M. Método e Técnicas de Pesquisa Em Turismo. São Paulo: Futura, 2003.
- DOIMO, Ana Maria. O Movimento Popular e as ONGs na Trama de Redes Sociais Movimentalistas. Anais do XVII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1993.
- ESCOBAR, Arturo e Sonia ALVAREZ. The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategies, and Democracy. Boulder, CO: Westview Press, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. The theory of communicative action Tradução: Thomas McCarthy. Boston: Beacon Press, 1989. 2v. Vol. 2. Lifeworld and System: A Critique of Funcionalist Reason, 1981.

HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In Espaço & Debates. São Paulo, nº 6, jun/set 1982, p. 6-35.

KOWARICK, Lucio. Escritos Urbanos. Editora 34: São Paulo, 2000.

MAIOLINO, Ana L. G. Espaço Urbano: conflito e subjetividade. XXXX, 2008.

MANIFESTO em defesa das comunidades ameaçadas de despejo forçado. In <http://> . Acesso em 03 jan 2011.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A Cidade do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2000.

OCUPAÇÃO DANDARA. <http://ocupacaodandara.blogspot.com/> Acesso em 03 de janeiro de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH. Plano Diretor. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - PBH. Anuário Estatístico de Belo Horizonte 2000. Disponível em www. Acesso em 09 set 2007.

ROLNIK, Raquel. Pactuar o território: desafio para a gestão de nossas cidades. In Cadernos Adenauer IX, n. 2 (agosto). Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Susana Veleda. Os estudos de gênero no Brasil: Algumas considerações. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, nº 262. 2000. Disponível em www. Acesso em 29 ago 2005.

SIMMEL, Georg. The sociology of conflict. In American Journal of Sociology 9 (1903): 490-525.

Torres Gêmeas BH – outubro de 2010 – Raquel Rolnik. In <http://www>. Acesso em 03 de janeiro de 2011.

ⁱ Ver www.

ⁱⁱ VAINER, Carlos. Projeto Rede Sul-Americana sobre Conflitos Urbanos. Rio de Janeiro: ETERN/IPPUR/UFRJ, 2005. Não publicado.

ⁱⁱⁱ MACEDO, Silvio, ROBBA, Fabio e QUEIROGA, Eugênio. Projeto “Quadro do Paisagismo no Brasil/ Sistemas de Espaço Livres – QUAPÁ/SEL, 2006. Não publicado.